

Um engenheiro militar português em São Paulo: a trajetória de Daniel Pedro Müller e sua contribuição para a transição da engenharia militar para a engenharia civil na província paulista (1802-1841)*

José Rogério Beier

Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo; bacharel em História pela mesma universidade; colabora com o Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica (LECH-USP). Agradeço, aqui, as ponderações de minha orientadora Prof^a. Dr^a. Iris Kantor.

RESUMO

A partir da reconstituição da trajetória de Daniel Pedro Müller (1785-1841), engenheiro militar português enviado à América, em 1802, este artigo visa destacar a contribuição deste ex-agente da Coroa portuguesa na transição da engenharia militar para a engenharia civil na Província de São Paulo através, sobretudo, da organização de uma escola de engenheiros construtores de estradas, que funcionou entre 1836 e 1849, formando muitos dos engenheiros civis que dirigiram obras públicas em São Paulo durante a segunda metade do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Engenharia Militar; São Paulo; Daniel Pedro Müller

ABSTRACT

By reconstructing the trajectory of Daniel Pedro Müller (1785-1841), a Portuguese military engineer sent to America, in 1802, this article aims to highlight the contribution of this former agent of the Portuguese Crown in the transition from the military for civil engineering in the Province of São Paulo, most of all, through the organization of a school of engineers road builders which worked from 1836 to 1849 forming many of the civil engineers who worked as directors of public works in São Paulo during the second half of the 19th century.

KEYWORDS: Militar engineering; São Paulo; Daniel Pedro Müller

INTRODUÇÃO: NASCIMENTO E FORMAÇÃO EM PORTUGAL (1785-1802)

Embora Daniel Pedro Müller seja um personagem bastante conhecido e referenciado na historiografia sobre São Paulo, sua trajetória é bastante difícil de ser traçada, pois há muitas informações contraditórias a respeito da vida e obra desse engenheiro militar.

Nascido em Oeiras, próximo a Lisboa, aos 26 de dezembro de 1785,¹ tinha ascendência germânica. Seus pais eram Anna Elizabeth Moller (1757-1797) e Johann Wilhelm Christian Müller

* Artigo recebido em 14 de julho de 2014 e aprovado para publicação em 16 de setembro de 2014.

(1752-1814), primeiro pastor luterano da Congregação Evangélica Alemã em Lisboa e, anos mais tarde, sócio, diretor e secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa.²

Aos dez anos de idade, em 1795, Daniel Pedro Müller assentou praça como cadete do regimento de artilharia da corte, tendo frequentado as aulas do curso de matemática da Real Academia de Marinha, como informa o documento abaixo, de 13 de outubro de 1798:

Diz Daniel Pedro Müller, Cadete do Regimento da Artilheria da Corte, que elle frequentou as Aulas da Real Academia de Marinha, onde foi approved nas Matérias que se tratarão no primeiro e segundo anno do Curso de Mathematico, como mostra pelos Documentos juntos, e porque se destina a entrar no Corpo dos Engenheiros, e o não pode fazer sem ser matriculado.

Foi approved plenamente nos exames que fez no 1^a e 2^a anos. Teve prêmio no fim do 1^a anno e licença de S. Mg.³

Apesar de alguns biógrafos afirmarem que Müller tenha cursado a cadeira de matemática no Real Colégio dos Nobres, tal informação não foi verificada após consulta minuciosa do acervo português que guarda a documentação referente a este colégio, bem como os trabalhos dedicados a relacionar os alunos dessa instituição.⁴

Aos 13 de outubro de 1800, logo após ser promovido ao posto de segundo-tenente da segunda companhia do regimento de artilharia,⁵ Müller solicitava nova licença para continuar os estudos na Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, até que lhe fosse assinado um novo destino, como demonstra o trecho destacado abaixo:

Diz Daniel Pedro Müller que tendo tido a honra de ser reconhecido Cadete da Companhia dos Artífices, e Pontoneiros do Regimento da Artilharia da Corte, com licença para se aplicar aos estudos de Mathematica das Reaes Academias da Marinha, e da Fortificação, Artilharia e Desenho por

Aviso de V. Exa. de 15 de Agosto de 1795, e que havendo, em virtude desta graça, prosseguido estes estudos até o fim do segundo anno da de Fortificação, tendo sempre sido plenamente approved em todos os exames, e levado os respectivos partidos, deseja, em quanto se lhe não assigna outro destino, continuar os mesmos estudos, e como o não pode fazer sem nova licença de V. Exa.⁶

Criada pela Rainha D. Maria I, em 1790, a Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho de Lisboa ampliara o curso para formar engenheiros de cinco para seis anos, e as disciplinas ministradas haviam se multiplicado, institucionalizando-se o ensino das matérias voltadas à Engenharia Civil, de acordo com as definições da *École des Ponts et Chaussées*, da França, que introduziu, em 1747, o curso específico sobre pontes e calçadas, até então inexistente no programa das instituições da Metrópole e da Colônia.⁷

Portanto, a formação de Müller nessa instituição lhe dará bases mais afinadas ao modelo francês de engenharia.⁸ Anos mais tarde, como se verá adiante, essa base será fundamental para que ele ajude a organizar uma escola de engenheiros em São Paulo, fora das academias militares e com uma estrutura curricular voltada ao ensino teórico-prático de engenheiros civis, muito ligada às definições da *École des Ponts et Chaussées*.

Em 1802, tendo concluído sua formação na Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho pouco antes de completar dezessete anos de idade, Müller foi enviado pela Coroa portuguesa à então Capitania de São Paulo, tendo sido promovido à patente de capitão de infantaria agregado à primeira plana da corte, com o exercício de ajudante de ordens do recém-nomeado governador e capitão-general daquela capitania, Antônio José da Franca e Horta, com quem deveria seguir viagem ainda naquele ano.⁹

UM AGENTE DA COROA NA CAPITANIA DE SÃO PAULO (1802-1821)

Logo após sua chegada a São Paulo, em dezembro de 1802,¹⁰ Müller sofreu durante

os primeiros anos para adaptar-se ao país, adoecendo seguidamente com febres e moléstias que acometiam frequentemente os europeus que vinham à América. Em 1804, foi nomeado professor de uma *Aula de Desenho*,¹¹ que o Governador Franca e Horta planejava promover a alguns militares da “*Brigada de Artilheria*”, como indica a carta do dito governador, datada de maio de 1804, enviada ao então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, João Rodrigues de Sá e Melo Soto-Maior, o Visconde de Anadia (1755-1809):

[...] Por estes estudos q. incessantemente hei de promover, não só conseguirei ter Officiaes de Artilheria com os indispensáveis Conhecimentos q. lhe são próprios, mas ainda habilitar alguns com pequena despeza do Estado, para se formarem Officiaes Engenheiros, de q. há tanta precisão nesta Capitania, assim para a Construção de muitas obras publicas, como ainda p.^a levantar Cartas dela com a devida exação, evitando se a avultada despeza q. se faz em virem desse Reino; podendo segurar a V. Ex.^a q. alguns deles estão já em estado de bem trabalharem no Campo do dito Levantamento, porem faltaõ-lhe os Conhecimentos do Dezenho, de q. só agora posso estabelecer Aula, nomeando para Lente dela o meu ajudante de ordens Daniel Pedro Müller que até aqui se achava empedido por algumas moléstias do paiz de q. foi atacado, e de q. se acha comvalescendo.¹²

Embora essa não tenha sido a primeira iniciativa para se estabelecer aulas de matemática e desenho na Capitania, certamente foi uma das primeiras a efetivamente formar oficiais engenheiros que trabalharam na Capitania, depois Província de São Paulo. Verificou-se que pelo menos dois engenheiros militares foram formados pelo *Curso de Artilheria* estabelecido por Franca e Horta: trata-se dos oficiais Rufino José Felizardo e José Marcelino Vasconcelos, cujos nomes constam na lista dos alunos que frequentaram o referido curso e que, em março de 1805, foram exami-

nados e aprovados por Daniel Pedro Müller, sendo José Marcelino Vasconcelos aprovado em primeiro lugar no curso de cálculo.¹³

Ainda em 1805, Müller casou-se com Gertrudes Maria do Carmo, natural de São Paulo, com quem teve cinco filhas e um filho.¹⁴ Segundo informações das listas nominativas de habitantes da Cidade de São Paulo para os anos de 1817 e 1818, verificou-se que Müller vivia com sua esposa, filhos e mais três escravos na Rua da Tabatinguera ou rua de trás da Boa Morte.¹⁵ Tendo se enviuvado, provavelmente em 1818, casou-se novamente naquele mesmo ano com Maria Fausta de Castro,¹⁶ viúva do ex-governador e capitão-general de São Paulo, Antônio de Melo e Castro Mendonça (1797-1802), com quem ela havia concebido um filho, Antônio Manuel de Melo.¹⁷

Um ano mais tarde, Müller foi promovido a sargento-mor graduado em tenente-coronel de infantaria¹⁸ e, em 1808, foi um dos enviados paulistas ao Rio de Janeiro, juntamente com o então Coronel José Arouche de Toledo Rendon, para auxiliar nos preparativos das festividades de recepção da Família Real portuguesa.¹⁹ Ainda naquele mesmo ano, foi agraciado com o hábito da Ordem de Cristo por decreto de D. João VI.²⁰

Anos mais tarde, Müller solicitou a renúncia do Hábito da Ordem de Cristo em favor do Capitão de Milícias Manuel Pereira de Sousa, negociante na Cidade do Rio de Janeiro.²¹ Embora não fosse permitida a comercialização dos hábitos da Ordem de Cristo, a prática da renúncia em favor de outra pessoa era uma estratégia adotada para burlar essa proibição. No entanto, era necessário comprovar que a pessoa que fosse favorecida pela renúncia possuísse “*o tratamento e mais qualidades necessárias para não recair mal aquela condecoração*”.²² Além disso, ainda era necessária a aprovação do próprio imperador para que a renúncia se concretizasse. No caso de Daniel Pedro Müller, a súplica foi atendida.

Com o fim do governo do Capitão-General Antônio José da Franca e Horta, em 1811, Daniel Pedro Müller deixou o cargo de ajudante de ordens do governo, tendo sido transferido ao Real Corpo de Engenheiros, promovido ao posto de tenente-coronel por decreto de 24 de junho de 1811. Esse mesmo decreto determinava que ele fosse em-

pregado no levantamento dos mapas e mais comissões na comarca de Paranaguá.²³

A partir de então, entre os anos de 1811 e 1822, Müller realizou diversas obras como a estrada do Piques (atual Rua da Consolação), a ponte do Carmo e a pirâmide e chafariz do Piques, em 1814 (atual Largo da Memória, no Anhangabaú). Além disso, também foi responsável pelo *"magnífico aterrado, que vai de Santos a Cubatão em distância de duas léguas, todo sobre um terreno de ambos os lados alagadiço"*.²⁴ Neste período, segundo as informações do naturalista francês Auguste de Saint Hilaire, outra obra realizada sob a direção de Müller foi a construção das arquibancadas de madeira do largo dos Curros (atual Praça da República).²⁵

No campo da cartografia, em 1815, Müller foi designado a levantar uma carta geográfica e estatística da Capitania de São Paulo que, segundo Taunay, teria sido feita *"a imitação do de Mr. Le Sage"*.²⁶ Ao que tudo indica, trata-se do *"Mapa Histórico, Político e Geographico de S. Paulo"*, o qual aparece mencionado em um ofício, datado de 25 de agosto de 1815, que Daniel Pedro Müller enviara ao então governador e capitão-general de São Paulo, D. Francisco de Assis Mascarenhas, o Conde de Palma, comunicando a conclusão da carta que lhe havia sido encomendada. Ao apresentar seu trabalho, Müller dizia:

[...] esforcei-me a fim de que um trabalho novo nesta Capitania, quando não seja perfeito, sirva ao menos de base, e auxilie ao que com mais capacidade empreender melhor: no entanto elle já offerece um sufficiente, e extenso conhecimento da Capitania, ao primeiro golpe de vista, vantagem sempre resultante da História combinada com a Geographia; pois que hum livro a primeira leitura só appresenta impressoens confuzas, quando o mappa offerece salientes grupos, que são outros tantos pontos de reunião de memoria e juízo.²⁷

Naquele mesmo ano de 1815, Daniel Pedro Müller recebera a incumbência de levantar outro mapa, dessa vez, para a comarca de Curitiba e Campos de Guarapuava.²⁸ Embora

alguns trabalhos tenham dado esse mapa como perdido, é possível que se trate do manuscrito intitulado *Mappa do Campo de Guarapuav[a] e territórios cor[...]*, que atualmente encontra-se no acervo cartográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.²⁹

Anos mais tarde, quando João Carlos Augusto de Oeynhausen assume o cargo de governador e capitão-general de São Paulo (1819-1821), Daniel Pedro Müller passa a ser nomeado a diversos cargos na administração da Capitania, tais como diretor da Real Fábrica d'Armas (que acabava de se instalar em São Paulo, em junho de 1820); inspetor do Real Trem; inspetor de operários prussianos especializados em trabalhar ferro e aço e, por fim, inspetor-geral das Estradas da Capitania.³⁰

Nesse mesmo período, Müller teve destacada atuação como militar nos esforços realizados na Capitania de São Paulo para conter a ameaça de ataque da Coroa espanhola. Em 1819, os espanhóis enviaram uma forte esquadra e tropa ao Rio da Prata, em resposta à ocupação portuguesa da Banda Oriental e de sua capital Montevidéu. Tendo a costa da Capitania de São Paulo sido dividida em três partes, coube ao então Coronel Müller o comando da segunda divisão, que ia de São Sebastião a São Vicente. Simultaneamente, o coronel também foi encarregado pelo Governador Oeynhausen de realizar com toda urgência os planos e dirigir a restauração das fortificações da costa de São Paulo, especialmente em Santos, Paranaguá e Cananeia.³¹

DE CAPITANIA À PROVÍNCIA: A PARTICIPAÇÃO NO GOVERNO PROVISÓRIO DE SÃO PAULO E ATUAÇÃO NA BERNARDA DE FRANCISCO INÁCIO (1821-1822)

Após a Revolução Liberal do Porto, em 1820, as Cortes reunidas em Lisboa organizaram as bases de uma Constituição política que foi aceita por D. João VI quando este encontrava-se no Rio de Janeiro. Ainda no Brasil, o rei ordenara que as bases dessa Constituição fossem juradas e, a partir de então, fosse executada segundo os decretos de 24 de fevereiro e 10 de março de 1821. O juramento do rei à constituição ainda por fa-

zer pelas Cortes significava nada menos que o fim do regime então vigente, isto é, o fim do estado absoluto nos domínios portugueses. A partir de então, toda a soberania que cabia exclusivamente ao rei seria restringida por instituições que estavam por ser criadas pelas Cortes reunidas em Lisboa.

Logo após o juramento de D. João VI à Constituição, as Cortes exigiam seu retorno a Lisboa, para que Portugal voltasse a ser a capital do Império, o que veio a ocorrer em abril de 1821. Em São Paulo, por sua vez, com a partida de D. João VI, começaram a ser elaborados planos para um novo governo que estivesse mais de acordo com o momento. Não houve objeção por parte do então Capitão-General Oeynhausen que, na verdade, colaborou para a formação desse novo governo.

Numa transição tranquila, o Capitão-General João Carlos Augusto de Oeynhausen foi deposto do cargo que ocupava desde 1819, para que se elegeesse um governo provisório segundo as orientações da nova Constituição. Assim, 23 de junho de 1821, por iniciativa de José Bonifácio de Andrada e Silva, reuniu-se povo e tropa, que estava aquartelada na capital, para elegerem os representantes do governo provisório de São Paulo.³² Dentre os escolhidos, o próprio João Carlos Augusto de Oeynhausen seguiria no comando, não mais como capitão-general, mas sim como o primeiro presidente da Província de São Paulo; José Bonifácio de Andrada e Silva elegeu-se vice-presidente e Daniel Pedro Müller, braço direito de Oeynhausen, foi eleito membro do governo provisório por aclamação do povo e tropa como “deputado pelas armas” ou “vogal pelas armas”.

Portanto, Müller foi eleito membro do Governo Provisório de São Paulo para desempenhar uma função muito mais militar do que política. Exemplo disso foi sua participação decisiva na restauração da ordem em São Paulo quando da sublevação do 1^o Batalhão do Regimento de Caçadores, que estava estacionado na vila de Santos. A rebelião, que havia começado pela demora no pagamento dos soldos atrasados e do aumento que havia sido prometido pelas Cortes de Lisboa, tinha como líderes oficiais de menor patente, que ocuparam os pontos estratégicos da cidade com peças de arti-

lharia e obrigaram as autoridades a realizar o pagamento do soldo.

A revolta persistiu mesmo após os amotinados terem sido atendidos em suas reivindicações, até que o Governo Provisório encarregou Daniel Pedro Müller e Lázaro José Gonçalves de restaurar a ordem na região. Após controlarem a rebelião, os líderes foram levados a julgamento por uma comissão militar e, em seguida, submetidos a um conselho de guerra que condenou treze dos implicados à morte. Nova comissão foi nomeada para confirmar a sentença, e dos treze, seis tiveram sua pena comutada para degredo para África, outros sete tiveram a pena de morte por enforcamento confirmada. Dentre os sentenciados à morte, estava o líder da rebelião, o Cabo Francisco José das Chagas, o Chaguinhas.³³

O Governo Provisório, no entanto, teve curta duração, tendo sido deposto menos de um ano depois de empossado, por conta da irrupção de outra revolta, dessa vez uma dissensão no interior da elite paulista, que ficou conhecida como a *bernarda* de Francisco Inácio, da qual Daniel Pedro Müller também tomou parte importante nos principais eventos.³⁴

O movimento era fruto das disputas e conflitos locais que opunham os partidários da *bernarda* à atuação do clã dos Andrada na província, nomeadamente de José Bonifácio de Andrada e Silva e seu irmão, Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Membro do Governo Provisório e homem de confiança do Presidente Oeynhausen, Müller envolveu-se diretamente nos episódios da *bernarda*, tendo se posicionado contrário ao grupo andradista.³⁵

Como membro do grupo derrotado, Daniel Pedro Müller, juntamente com os principais líderes do movimento, Oeynhausen, Francisco Inácio de Souza Queirós e o Dr. José da Costa Carvalho, sofreu um processo de devassa que culminou com uma sentença de exílio de São Paulo.³⁶

Apesar de sua participação na *bernarda*, e de ter sido acusado de adesão às Cortes portuguesas, Daniel Pedro Müller acabou permanecendo no Brasil, tendo, anos mais tarde, jurado à Constituição outorgada por D. Pedro I, em 1824,³⁷ servindo à nação re-

cém-nascida como militar e engenheiro até o fim de sua vida, como se verá a seguir.

LONGE DE SÃO PAULO: UM MILITAR A SERVIÇO DO IMPÉRIO DO BRASIL (1822-1829)

Anistiado em 1823, Müller não retornou a São Paulo, mantendo-se longe da capital por muitos anos, por conta de sua atuação como militar a serviço do Império do Brasil. Antes mesmo dos episódios da chamada *bernarda* de Francisco Inácio e da Independência do Brasil, um decreto, datado de 9 de dezembro de 1821, nomeava o então Coronel Daniel Pedro Müller à posição de governador das Armas da Província de Santa Catarina.³⁸

Em 1825, já no posto de brigadeiro, Müller foi chamado a participar da guerra movida pelo Império do Brasil contra Buenos Aires. Em Montevidéu, o brigadeiro atuou como ajudante-general e governador daquela praça.³⁹ Sobre a atuação de Müller em Montevidéu, verificou-se a seguinte informação:

Em 1825 foi para Monte-Vidéu de ajudante general (sendo já então brigadeiro.) Ali foi depois commandante da praça, emprego em que continuou a dar as mais enérgicas provas de probidade e illustração, a par de um character franco e generoso, que grangeou a estima de todo o exercito, até dos próprios habitantes de Monte-Vidéu; e quando se retirou, logo depois de feita a paz com Buenos Ayres, o Diario de Monte-Vidéu assim exprimio os sentimentos d'aquelle povo (que por certo não podia gostar dos brasileiros, principalmente de militares e governantes):

Este amável chefe deu à vela a ... levando o apreço e a consideração de quantos o conhecerão. Felizes os povos que tem a fortuna de serem commandados por pessoas de seu character e sciencia. Felizes também os governos cujos chefes e magistrados deixão nos povos impressões tão doces como as que em Monte-Vidéu deixou o general Muller.⁴⁰

Tão logo a paz com Buenos Aires foi restabelecida, Müller regressou ao Brasil, onde assumiu o comando da Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, com atuação destacada na *"revolta dos irlandezes e allemães"*, quando se encontrava na fortaleza grande número de presos vigiados por uma *"insignificante guarnição"*.⁴¹

Daniel Pedro Müller permaneceu na cidade do Rio de Janeiro até a obtenção de sua reforma do serviço militar, que foi concedida através do decreto de 1 de junho de 1829, quando foi promovido ao posto de marechal de campo reformado.⁴²

O RETORNO A SÃO PAULO: UM ENGENHEIRO A SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL (1829-1841)

Tão logo obteve sua reforma, Müller retornou a São Paulo, onde foi muito bem recebido pela municipalidade, passando a receber a encomenda de diversos trabalhos pela administração pública. Segundo Honório de Sylos, já em 1829, por exemplo, a Câmara confiou-lhe a confecção do projeto de uma necrópole *"distante de qualquer residência"*.⁴³

Entre os anos de 1830 e 1836, Müller foi responsável por diversas obras e projetos, tais como o muro de arrimo no morro do Carmo (1830); a planta do hospital da irmandade da Santa Casa de Misericórdia (1830); a planta da casa de correção para a municipalidade, em forma de panóptico radiante (1832); o plano das obras de adaptação para estabelecimento das sessões da Câmara no Mosteiro de São Bento (1833) e, ainda, os desenhos para a nova Ponte Grande (1836).⁴⁴

No entanto, desde que retornara a São Paulo, talvez o ano de 1835 tenha sido o mais significativo para a vida profissional de Daniel Pedro Müller. Com a criação da Assembleia Legislativa Provincial naquele mesmo ano, os deputados discutiram e aprovaram uma nova lei que, promulgada em março, encomendou ao Marechal Müller a elaboração de uma estatística e um mapa da Província de São Paulo. Tratam-se dos famosos *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo* e *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*.

Embora ambas as obras tenham sido encomendadas conjuntamente pela Assembleia Legislativa e concluídas por Müller no ano de 1837, elas acabaram publicadas em datas e locais diferentes: a estatística, em 1838, pela tipografia de Costa Silveira, em São Paulo; e o mapa, em 1841, quando foi impresso em Paris nas oficinas de Alexis Orgiazzi.⁴⁵

Trabalhador infatigável, mesmo estando extremamente atarefado com a direção dos trabalhos para a elaboração da estatística e a composição do mapa provincial de São Paulo entre os anos de 1836 e 1837, neste mesmo período o Marechal Müller também auxiliou na organização do *Gabinete Topográfico de São Paulo*, sobre o qual se tratará mais detalhadamente a seguir.

O GABINETE TOPOGRÁFICO DE SÃO PAULO (1835-1849)

Impossível compreender a criação do Gabinete Topográfico fora do contexto das reformas liberais decorrentes da abdicação de D. Pedro I, em 1831. Principalmente da reforma constitucional, de 1834, que, além de prever a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, estabeleceu ser da competência dessas instituições legislar “sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por Lei Geral”.⁴⁶

Assim, dava-se autonomia para que os governos provinciais, através de suas novas instituições, legislassem para a criação de estabelecimentos de formação profissional segundo as suas necessidades, o que não ocorria antes, já que a criação de tais estabelecimentos tinha que ser aprovada pela Assembleia Geral.

Não por coincidência, tão logo foi estabelecida a Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, em janeiro de 1835, e sua primeira legislatura, de maioria liberal, discutiu e aprovou um Projeto de Lei, da autoria de Nicolau de Campos Vergueiro, que previa a criação de um Gabinete Topográfico na capital. Segundo

o texto da lei, tratava-se de um estabelecimento pensado para ser uma repartição provincial de obras públicas que, dentre outros equipamentos anexos a ela, previa a criação de uma escola habilitada a formar engenheiros construtores de estradas.⁴⁷

Diferentemente do que afirma boa parte da historiografia que trata sobre o tema, Daniel Pedro Müller não foi o primeiro diretor do Gabinete Topográfico, mas sim o Tenente-Coronel José Marcelino de Vasconcelos, como demonstra um ofício datado de 14 de julho de 1836 em que o próprio Vasconcelos comunica ao presidente da Província o aceite de sua nomeação para o cargo.⁴⁸ No entanto, embora Müller não tenha sido o diretor dessa primeira fase do Gabinete Topográfico (1836-1838), ele desempenhou um papel importante, tendo participado ativamente em organização e estabelecimento dessa instituição.⁴⁹

Inaugurado no dia 1º de agosto de 1836, a primeira turma do Gabinete Topográfico era composta de quatorze alunos, dos quais três receberam gratificações por frequência e desempenho. Todavia, antes mesmo de completar dois anos de funcionamento, o estabelecimento teve suas atividades suspensas pela nova legislatura que assumiu a Assembleia Legislativa Provincial, em janeiro de 1838. Composta por uma maioria de deputados conservadores, a suspensão do Gabinete Topográfico era justificada sob o argumento de que o estabelecimento custava muito aos cofres públicos e era “infrutífero” na formação de novos quadros de engenheiros para as obras públicas paulistas.⁵⁰

Dois anos mais tarde, em 1840, com a entrada da nova legislatura, dessa vez de maioria liberal, o Gabinete Topográfico foi restabelecido. Daniel Pedro Müller foi nomeado diretor do estabelecimento, e trabalhou com muito afinco na reorganização do gabinete. Naquele mesmo ano, propôs ao então presidente da Província, Raphael Tobias de Aguiar, uma reforma na lei que o havia restabelecido, tarefa sem a qual não seria possível organizar como convinha o Gabinete Topográfico.

Segundo Müller, tanto para a reforma do texto da lei, quanto para a elaboração dos estatutos e regulamentos do Gabinete Topográfico, o modelo a ser utilizado como referência era a *Escola de Arquitetos Me-*

didores da Província do Rio de Janeiro, em Niterói, justamente por esta haver correspondido na prática às expectativas que se tinha daquela instituição.⁵¹

Assim, o Marechal Müller redigiu o novo texto da lei que restabelecia o Gabinete Topográfico, da qual se destaca o trecho abaixo:

Art. 1: Fica creado na capital da Província hum Gabinete Topographico comprehendendo:

§ 1: Hum curso theórico-practico de dous annos, para instrucção de Engenheiros Civiz.

§ 2: Os instrumentos necessários para os trabalhos geodesios, e huma bibliotheca análoga ao estabelecimento.

§ 3: A collecção de todos os documentos topographicos que se puderem obter e archivar.⁵²

Diferentemente do texto da legislação da primeira fase do Gabinete Topográfico, a instituição passaria a formar “Engenheiros Civiz” a partir de um “curso theórico-practico” de dois anos, e não mais engenheiros construtores de estrada, como antes eram denominados os egressos desse curso. Para dirimir quaisquer dúvidas, pelos estatutos do Gabinete Topográfico também é possível verificar que um de seus principais objetivos era a formação de engenheiros civis, como destaca o trecho abaixo:

Título 1º: dos fins, e objetivos do Gabinete:

Art. 1º: O Gabinete Topographico tem por fim:

§ 1º: formar Engenheiros Civiz pelo ensino dos preceitos theoricos, para isso indispensarios, e pela pratica dentro, ou fora das Aulas, das regras, e preceitos que mais concorram para desenvolvimento d’esses princípios.⁵³

Além da elaboração dos estatutos e regulamento visando à formação de engenheiros civis, Müller também preparou um novo currículo para os alunos do Gabinete Topográfico, especificando detalhadamente as disciplinas a serem ministradas nos dois anos do curso.

Primeiro anno:

1ª Aula

Elementos de arithmetica, algebra, geometria, geometria analítica, em Topographia, que comprehendera o Nivelamento.

2ª Aula

Dezenho de Paizagem. Geometrico e Topographico.

Segundo anno:

1ª Aula

Principios geraes de mechanica, de phisica e chimica.

Construcções, Projectos, Exames de estradas e pontes, Noções sobre os canaes.

2ª Aula

Geometria discriptiva, Dezenho das communicações, Projecções Itereoteomia, e Architectura em geral.

Percebe-se que o papel dos engenheiros foi ampliado em relação à primeira fase do Gabinete Topográfico, passando a preparar os alunos para o desempenho de algumas tarefas burocráticas e a realizar a contabilidade das obras públicas da província (inclusão de disciplinas como projetos e exames de estradas e pontes, por exemplo).

As aulas do Gabinete Topográfico foram retomadas apenas em abril de 1842, contendo vinte alunos matriculados, cujas idades variavam de 15 a 27 anos. Todos naturais da Província de São Paulo.⁵⁴

Esses documentos revelam que, ao ter conteúdos exclusivamente dedicados à formação de engenheiros civis, o Gabinete Topográfico de São Paulo antecipou em quinze anos a Escola Central do Rio de Janeiro, considerada pela historiografia a primeira escola brasileira a separar o ensino de engenharia militar da civil, criando um curso exclusivamente dedicado à engenharia civil, em 1858.⁵⁵ Além disso, é de se destacar o papel pioneiro desempenhado por Daniel Pedro Müller na transição do ensino da engenharia militar para a civil em São Paulo, com a organização da primeira escola a formar engenheiros civis na capital, especialmente a partir de sua segunda fase, entre os anos de 1842 e 1849.

OS ÚLTIMOS ANOS E O FALECIMENTO DO MARECHAL DANIEL PEDRO MÜLLER

Após ter elaborado a estatística, o mapa provincial e colaborado ativamente na organização do Gabinete Topográfico, Müller ainda produziu uma obra intitulada *Alphabeta Encyclopedico*, do qual parece não haver restado um único exemplar. Trata-se de uma coleção de *Cathecismos* que tiveram alguns volumes publicados entre os anos de 1837 e 1841.⁵⁶

Além disso, em 1839, Müller foi convidado a tornar-se sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no ano anterior. A partir dessa data o marechal passou a oferecer ao Instituto algumas memórias que ele havia coletado durante sua vida, bem como cópias dos seus *Cathecismos* e, até mesmo, um exemplar de seu *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*.⁵⁷ Tanto o mapa quanto as cópias de seus catecismos acabaram sendo apresentados postumamente em sessões aos sócios do Instituto.⁵⁸

A data de seu falecimento é motivo de alguma confusão até hoje. Em 1879, Azevedo Marques publicou em seus apontamentos que o Marechal Müller teria falecido em 1 de agosto de 1842.⁵⁹ Por conta disso, muitos autores basearam seus perfis biográficos nas informações de Azevedo Marques, tais como Affonso Taunay, Eugenio Egas e Antônio Barreto do Amaral, por exemplo, e repetiram acriticamente a informação de que Daniel Pedro Müller teria morrido em 1 de agosto de 1842.

Para dirimir quaisquer dúvidas, verificou-se que na edição de número 193, de 30 de agosto de 1841 do Diário do Rio de Janeiro, foi publicada uma "*Necrologia do Marechal de Campo Daniel Pedro Müller*", de onde destaca-se:

"(...) O Sr. Marechal Muller, cujo nome só por si se recommenda ao amor, respeito e veneração de todos os Brasileiros, e de muitos illustrados estrangeiros, já não existe! A inexorável parca, ávida de optimos despojos, descarregou com o fatal gume sobre a teia de tão preciosa vida o tremendo golpe!"

"Assim, uma vida toda consagrada ao serviço público por uma

serie de factos honrosos, uma existência toda de intelligencia e saber, eis quanto essa tyranna cortou sem piedade, sem esperança e sem retorno, no dia 1^a de agosto de 1841, pelas cinco horas da tarde na cidade de S. Paulo".⁶⁰

Mais do que a data, o necrológio informa o horário aproximado em que Müller teria morrido: 1 de agosto de 1841, por volta das 17 horas.

Já a causa da morte de Daniel Pedro Müller ainda é um tanto nebulosa. Em Aviso datado de 18 de agosto de 1841, José Clemente Pereira, então ministro da Guerra, dirige-se ao presidente da Província de São Paulo da seguinte maneira ao tratar da morte de Müller:

Aviso de 18 de agosto de 1841, em resposta do officio desta presidência sob nº 137 de 6 do mesmo mês.

Ilmo. e Exmo. Sr. – Levei à Presença de Sua Magestade O Imperador o officio sob nº 137, de 6 do corrente mês em que V. Ex^a. participa o lastimoso fim do Marechal de Campo reformado Daniel Pedro Müller; cuja perda, por uma maneira tão deplorável, muito sensibilizou o Paternal Coração do Mesmo Augusto Senhor. E respondendo a outra parte do citado officio, em que V. Ex^a pondera a falta que faz ao serviço público da Província de São Paulo tão bom servidor do Estado; comunico a V. Ex^a que nesta data se expedem as convenientes ordens para que o 1^o Tenente de Engenheiros Manuel José de Araújo parta quanto antes, a apresentar-se a V. Ex^a – Deus Guarde a V. Ex^a – Palácio do Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1841 – José Clemente Pereira – Sr. Presidente da Província de São Paulo.⁶¹

Outras obras e documentos, assinados por diferentes autores, quando mencionam a causa da morte do Marechal Müller, sempre acrescentam adjetivos como "trágica", "lastimosa", ou "deplorável", mas não falam exatamente como esta ocorreu.

Sobre este assunto, verificou-se que Antônio Barreto do Amaral, ao pesquisar as

origens do bairro de Pinheiros, encontrou uma informação de que Daniel Pedro Müller viveu naquele bairro na primeira metade do século XIX, tendo sido proprietário de uma chácara que “cobria mais de 400 mil metros quadrados, denominada *Água Branca*”.⁶² Sua fonte foi um artigo de Francisco de Assis Carvalho Franco intitulado “*Sobre o Marechal de Campo Daniel Pedro Müller*” que, por sua vez, contém nada menos do que a transcrição da íntegra do inventário de Müller.⁶³

Segundo este inventário, “*Müller estava individualado [sic] pelo facto da publicidade das suas obras*”. De acordo com apontamentos do próprio marechal neste documento, ele devia 1:500\$000 a Antônio da Silva Prado; 980\$000 a um Sr. Antônio Barbosa; 190\$000 ao Sr. Francisco José de Azevedo e 600\$000 ao Sr. Tobias.⁶⁴ Somente com os valores que aparecem listados no inventário, constata-se que as dívidas de Müller perfaziam um total de 3:270\$000. A título de comparação, os escravos arrolados no mesmo inventário – dezesseis ao todo – foram avaliados entre 525\$000 e 300\$000 cada, para os adultos.

Pressionado por suas dívidas e sentindo-se sem alternativas para honrá-las junto a seus credores, Daniel Pedro Müller decide afogar-se no Rio Pinheiros, que cruzava sua propriedade. Seu corpo foi encontrado junto à ponte que cruzava aquele rio.⁶⁵ Enterrado em São Paulo, seu funeral importou a quantia de 286\$120 réis e, com a venda de seus bens, sua família logrou saldar todas suas dívidas, restando um montante de 5:053\$051 réis.⁶⁶

Não foi por outra razão, portanto, que a morte de Müller, ao ser descrita pelo ministro da Guerra no aviso que este enviou em resposta ao ofício do presidente da Província, foi designada como “*lastimosa*” e ocorrida “*de maneira tão deplorável*”, tendo “*consolidado*” o coração de D. Pedro II.⁶⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM HOMEM DE TRANSIÇÃO

Como bem afirmou Lucia Maria Bastos Pereira das Neves em artigo interessante no qual analisa a livraria que Müller herdara de seu pai, tratava-se de um homem “*perfeitamente afinado com as principais tendências da Ilustra-*

ção em Portugal. [...] Constituía-se como [um] espírito curioso, surpreendentemente erudito para o lugar e o tempo em que viveu, mas ainda à vontade no mundo do Antigo Regime”.⁶⁸

Daniel Pedro Müller era, portanto, um homem de transição. Um homem que, formado ainda sob o ideário cultural das Luzes portuguesas, vivenciou os momentos finais do Antigo Regime atuando como agente da Coroa em São Paulo, mas que também participou, e ativamente, dos movimentos liberais que engendraram o nascimento da monarquia constitucional brasileira. Um militar que, acusado de adesão às Cortes de Lisboa, permaneceu no Brasil após a Independência e jurou a constituição do Império, tendo trabalhado incessantemente por duas décadas a serviço do Estado que acabava de nascer, quer como militar, na defesa dos interesses brasileiros em Montevideú e no Rio de Janeiro, quer como engenheiro, elaborando planos, levantando estatísticas e mapas ou, ainda, dirigindo obras públicas a serviço da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, curiosamente, uma instituição liberal.

Também no campo da engenharia, como se buscou demonstrar, foi um homem de transição. Formado como engenheiro militar em um momento onde ainda não existiam instituições com cursos formais de engenharia civil, quer em Portugal, quer em suas colônias, Daniel Pedro Müller foi um dos principais responsáveis, após a Independência do Brasil, pela organização de uma escola de engenharia com conteúdos exclusivos para a formação de engenheiros civis, o Gabinete Topográfico de São Paulo. No período efêmero e intermitente em que esta escola existiu (1836-1849), formou dezenas de engenheiros civis que, a partir da segunda metade do Oitocentos, passaram a atuar nas obras públicas da Província de São Paulo. A reformulação de seus estatutos, que vigoraram a partir de 1843, antecipou em quinze anos a separação curricular entre engenharia militar e civil promovida pela Escola Central do Rio de Janeiro (1858). Como bem lembrou Antônio Francisco de Paula Souza, organizador e diretor da Escola Politécnica (1894), em seu discurso inaugural:

A Victoria hoje alcançada, foi em lucta porfianda; porque a Idea que hoje venceu não é nova – Nossos avós já a tinham, tentaram realisa-la. – Elles bem avaliavam as grandes vantagens que a esta região adviria da divulgação de conhecimentos mathematicos – Crearam, por isso, uma escola de Engenheiros constructores de Estradas, que modestamente denominaram “Gabinete Topographico”.

De fato a ideia não era nova e, ao lembrá-la, Paula Souza considera o Gabinete Topográfico uma espécie de precursor da Escola Politécnica na formação de engenheiros em São Paulo, antecedendo-a em quase meio século. Embora alguns autores

afirmem que a formação dos profissionais daquele estabelecimento não era, propriamente, a de engenheiros, mas sim a de agrimensores, ou no máximo, de engenheiros práticos,⁶⁹ ainda assim, é inegável a contribuição do Gabinete Topográfico, não apenas para o ensino de engenharia na Província, mas também na execução das obras públicas provinciais na segunda metade do Oitocentos. Justamente por esta razão, entende-se que cabe chamar atenção para o papel desempenhado por Daniel Pedro Müller, muito lembrado pela elaboração de sua estatística, algumas vezes recordado pela composição de seu mapa, mas cujo pioneirismo de sua atuação destacada na transição do ensino da engenharia militar para a civil em São Paulo, e porque não dizer no Brasil, é frequentemente ignorada.

¹ Arquivo Histórico Militar de Lisboa. Cx. 693, D-1-6-38, D1-7-45-48, D1-7-9-5. [Ver também: Francisco Vilardebó Loureiro. Relação dos primeiros alunos do Colégio Militar em Lisboa. In: *Raízes e Memórias*. Nº 15, outubro-1999, Lisboa: Associação Portuguesa de Genealogia, p. 157].

² Heinrich Katzenstein organizou artigo com breves trajetórias sobre integrantes da família Moller. [Ver Heinrich Katzenstein. Notas genealógicas acerca de algumas das mais antigas famílias de origem germânica fixadas na Estremadura Portuguesa, [I], separata de *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, nº 18, Lisboa, s.d. [1949], pp. 8-19]. No segundo volume, também organizou informações acerca da ascendência e descendência da família Müller. [Ver Heinrich Katzenstein. Notas genealógicas acerca de algumas das mais antigas famílias de origem germânica fixadas na Estremadura Portuguesa, [II], separata de *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, nº 19, Lisboa, s.d. [1949], pp. 21-35].

³ Arquivo Histórico Militar de Lisboa. *Processo do ex-aluno da Escola do Exército Daniel Pedro Müller*, maço nº 1, processo nº 58.

⁴ Os livros com os registros das matrículas dos alunos do Real Colégio dos Nobres encontram-se guardados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. [Ver ANTT. Livros 48, 59, 62 e 81. *Colégio dos Nobres*. 1766-1837]. Há também um trabalho na área de genealogia e heráldica que se dedicou a relacionar todos os alunos que passaram pelo Real Colégio dos Nobres. [Ver João Bernardo Galvão-Telles. Relação dos alunos do Colégio dos Nobres de Lisboa (1766-1837). In: *Revista do Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto*. Nº 1, Ano 1, novembro de 2006, pp. 57-118]

⁵ Cf. Cel. Horácio Madureira dos Santos. *Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra na parte não publicada pelo General Cláudio de Chaby*. Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar, V volume (Reinado de D. Maria I (2ª Parte: janeiro de 1794 a dezembro de 1806). Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1965, p. 425.

⁶ Idem.

⁷ No curso da Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho de Lisboa, a principal referência teórica eram os tratados do engenheiro militar francês Bernard F. de Bélidor. [Ver Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. *Desenho e Designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: Edusp, 2011, p. 235].

⁸ Para uma breve discussão sobre as características dos modelos de escola de engenharia francesa e inglesa, ver: Ivone Salgado. “Profissionais das obras públicas na província de São Paulo na primeira metade do século XIX: atuação no campo da engenharia civil”. In: *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Nº 41, Ano 6, abr. 2010, p. 1-10.

⁹ ANTT. Carta Patente de 30 de agosto de 1802. Chancelaria de D. Maria I, liv. 67, fl. 100. [Ver também: Cel. Horácio Madureira dos Santos. *Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra na parte não publicada pelo General Cláudio de Chaby*. Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar, V volume (Reinado de D. Maria I (2ª parte: janeiro de 1794 a dezembro de 1806). Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1965, p. 548].

¹⁰ No acervo do Arquivo Histórico Ultramarino há uma carta e um ofício do Capitão General Antônio José da Franca e Horta informando exatamente as datas em que ele e seu ajudante de ordens chegaram a vila de Santos (18. nov.1802). Após esperarem pela desocupação das casas que iriam ocupar em São Paulo, finalmente subiram a Serra do Mar para atingir a capital (6 dez. 1802) e tomar posse de seus cargos (10.dez.1802). [Ver AHU. Conselho Ultramarino. Série: Brasil – São Paulo, cx. 51, doc. 3962 e 3967].

¹¹ “Aula” era o termo utilizado para representar as instituições e práticas educacionais no mundo português. [Ver Guilherme Pereira das Neves. *Aulas*. In: VAINFAS, Ronaldo (dir). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, pp. 55-58].

¹² *DOCUMENTOS INTERESSANTES para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Unesp, vol. 94, 1990 – “Ofícios do General Horta aos Vice-Reis e Ministros 1802-1808”, p. 123.

¹³ Cf. *DOCUMENTOS INTERESSANTES para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Unesp, vol. 95, 1990 – “Ofícios do General Horta aos Vice-Reis e Ministros 1802-1807”, pp. 319-320.

¹⁴ *Guilhermina Müller Beaurepaire*, casada em segundas núpcias com o brigadeiro Henrique de Beaurepaire Rohan; *Carolina Müller das Dores*, casada com o coronel Leandro Mariano das Dores; *Emília Müller de Faria*, casada com Manuel José de Faria, natural de Portugal e residentes no Rio de Janeiro; *Elisa Müller de Campos*, casada com o dr. Felizardo Pinheiro de Campos, residentes no Rio de Janeiro; *Augusta Henriqueta Müller de Figueiredo*, casada com o desembargador Antônio Ladislau de Figueiredo Rocha, residentes na Bahia; Daniel Pedro Müller Filho, solteiro, falecido aos 25 anos de idade, em 25 de janeiro de 1842, como oficial da Guarda Nacional. [Ver Francisco de Assis Carvalho Franco. Sobre o Marechal de Campo Daniel Pedro Müller. In: *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*. São Paulo, ano 3, nº 5, jan./jun. 1939, p. 29]. Embora seu único filho homem, Daniel Pedro Müller Filho, tenha morrido jovem, verificou-se que no ano de 1834, ele havia exercido a patente de capitão e chegou a ser eleito para ocupar o cargo de juiz de paz do distrito de Pinheiros, que se pretendia separar de Santa Ifigênia. Contudo, sua eleição foi suspensa por não cumprir os requisitos legais, isto é, contar com menos de 25 anos de idade e não comprovar a renda prescrita no Código do Processo. [Ver Antonio Barreto do Amaral. *O bairro de Pinheiros*. 3ª ed. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura, 1985, pp. 72-75].

¹⁵ Na lista nominativa de 1817, verifica-se que a filha mais velha de Müller, Guilhermina, tinha onze anos de idade. Por sua vez, a filha mais nova àquela época, Eliza, contava apenas um ano e ainda não havia nascido Augusta, ao que parece, a filha caçula do casal. Tais informações levam a crer que Müller tenha se casado com Gertrudes Maria do Carmo por volta do ano de 1805. [Ver APESP. *Lista Nominativa de Habitantes da Cidade de São Paulo*, 3ª Companhia de Ordenanças, 1817, p. 41]. Antônio de Toledo Piza também informa que Müller ainda morava na Rua Tabatinguera, nº 50, em 1822. [Antônio de Toledo Piza. O suplicio do Chaguinhas. (Chronicas dos Tempos Coloniaes). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 5 (1901), p. 25].

¹⁶ Oberacker informa a data de 1818 para o segundo casamento de Müller, o que é bastante curioso, uma vez que nesse mesmo ano a lista nominativa dos habitantes da cidade de São Paulo traz a informação de que Müller ainda residia com Gertrudes Maria do Carmo e filhos na Rua Tabatinguera. [Ver APESP. *Lista Nominativa de Habitantes da Cidade de São Paulo*, 3ª Companhia de Ordenanças, 1818, p. 26]. Para a data do segundo casamento de Müller ver Carlos Oberacker Jr. *Op. Cit.*, p. 35.

¹⁷ O conselheiro Antônio Manuel de Melo (1802-1866) foi um engenheiro militar que chegou a ocupar o posto de ministro da guerra em duas ocasiões: 1847 e 1863. Em 1841, em virtude do falecimento de Daniel Pedro Müller, o autor de uma necrologia publicada no Diário do Rio de Janeiro informava que Antônio Manuel de Melo era “*dotado de extraordinários talentos*” e que fora educado por seu “*virtuoso padrasto*” sendo, portanto, “*um outro Müller*”. À época da publicação, Antônio Manuel de Melo já era major de engenheiros e lente substituto da escola militar. [Ver NECROLOGIA do Marechal de Campo Daniel Pedro Müller. In: *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Anno XX, 30 ago. 1841, n. 193, p. 2].

¹⁸ Decreto de 13 de maio de 1806. [Ver AHU. *Conselho Ultramarino*. Série: Brasil-São Paulo, cx. 54, doc. 4484. Ver também Coronel Laurênio Lago. *Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil: dados biográficos (1808-1831)*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1938, p. 21]

¹⁹ Cf. Carlos Oberacker Jr. *A Província de São Paulo de 1819 a 1823*. In: _____. *O movimento autonomista no Brasil*. Lisboa: Cosmos, 1977, p. 35.

²⁰ De acordo com o texto desse decreto de 22 de agosto de 1808: “*O Príncipe Regente Nosso Senhor há por bem mandar lançar o Hábito da Ordem de Christo a Daniel Pedro Müller, Sargento Mor de Infantaria e Ajudante das Ordens do Governo de São Paulo e manda que para o receber e professar se lhe façam as provanças e habilitações de sua pessoa na forma dos Estatutos e Definições da mesma Ordem*”. [Ver BNRJ. *Divisão de Manuscritos*. Documentos biográficos, 318.5, doc. 17].

²¹ Em carta a D. Pedro I, datada de 25 de maio de 1825, a solicitação da renúncia dizia: “[...] tendo obtido a mercê de Cavalheiro da Ordem de Christo, e da qual nunca fez uso [...], deseja o suplicante presentemente, por motivos de gratidão e reconhecimento, renunciar essa mercê na pessoa do Capitão de Milícias Manuel Pereira de Sousa, negociante matriculado dessa cidade”. [Ver BNRJ. *Divisão de Manuscritos*. Documentos biográficos, 318-5, doc. 14].

²² *DOCUMENTOS INTERESSANTES para a História e Costumes de São Paulo*. Vol. 36. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1902, p. 90.

²³ Cf. Coronel Laurênio Lago. *Op. Cit.*, p. 22. Vale lembrar que, em 1811, a comarca de Paranaguá ainda era parte da Capitania de São Paulo. Somente em 1853, quando a Província do Paraná foi desmembrada de São Paulo, Paranaguá passou a fazer parte da nova Província.

²⁴ Cf. Thomaz José Pinto Serqueira. Elogio histórico dos membros do Instituto falecidos no terceiro anno social. In: *Revista Trimensal de História e Geografia*, v. 3, t. 3, 1841, p. 542.

²⁵ Durante sua estada na cidade de São Paulo, Saint Hilaire observou que o largo era espaçoso, circulado por aleias de cedros, onde se realizavam touradas. Sobre a arquibancada da arena, afirmou: “*Nessa praça, via-se, quando de minha viagem, o anfiteatro propriamente dito, construído de madeira, construção feita com bastante gosto e atribuída à direção do engenheiro Daniel Pedro Müller, autor do Ensaio Estatístico*”. [Ver Auguste de Saint Hilaire. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins, 1940, p. 174].

²⁶ Cf. Afonso d’Escragnole Taunay. *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*. In: Museu Paulista. *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga*. (Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Afonso D’Escragnole Taunay). São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922, p. 7. A respeito do Mr. Le Sage, trata-se de Emmanuel-Augustin-Dieudonné-Joseph (1766-1842), primeiro Marquês, depois Conde de Las Casas. Foi um historiador e famoso autor de atlas francês que, em 1801, sob o pseudônimo Le Sage, publicou em Londres a edição original de seu famoso Atlas. Somente em 1803-1804, ganhou uma edição francesa intitulada *Atlas historique, chronologique, géographique et généalogique*. O Atlas fez tanto sucesso que ganhou múltiplas edições em diferentes línguas entre 1804 e 1845. [Ver Walter Goffart. *Historical Atlases: The First Three Hundred Years (1570-1870)*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2005, pp. 305-314, 391-394]. Em 1826, por exemplo, a

Librería Hispano-Francesa de Bossange Padre publicou uma edição em espanhol que, recentemente, foi digitalizada pela Biblioteca Nacional da Colômbia. [Ver Emmanuel Auguste Dieudonné-Joseph. *Atlas Histórico, Genealógico, Cronológico, Geográfico y Estadístico de Lesage escrito por el Conde de Las Casas, traducido, corregido y aumentado por un Español Americano*. Paris: Librería Hispano-Francesa de Bossange Padre, 1826. Disponível em <http://www.bibliotecanacional.gov.co/recursos_user/digitalizados/sala1a_15377.pdf>. Acessado em 15 de agosto de 2013].

²⁷ Cf. APESP.

²⁸ Cf. Manoel da Cunha de Azeredo Sousa Chichorro. "Memoria em que se mostra o estado econômico, militar e político da capitania geral de S. Paulo, quando do seu governo tomou posse a 8 de dezembro de 1814 o Ilm. e Exm. Sr. D. Francisco de Assis Mascarenhas, conde de Palma do Conselho de S. A. Real e do de sua real fazenda". In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Etnographico do Brasil*, t. 36, parte 1, 1873, p. 208.

²⁹ Cf. Daniel Pedro Müller. *Mapa do Campo de Guarapuav[ã] e Territórios cor[...]*, s/d. 1 mapa, ms: 42,5 x 49 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Cabe observar, no entanto, que no exemplar em questão há uma inscrição localizada na margem inferior esquerda do mapa, na qual se pode ler: "*desenhado pelo Marechal Müller segundo os esclarecimentos que recebo*". Contudo, em 1815, ano em que teria sido feito o mapa, Müller ainda não havia atingido o posto de Marechal de Campo, fato que só viria a ocorrer em 1829, como se verá adiante. Tal inscrição, portanto, só pode ter sido feita após essa última data, indicando que o exemplar em questão se trataria de uma cópia do original desenhada por Müller.

³⁰ Oberacker Jr. relaciona não só as funções ocupadas por Müller durante o governo de Oeynhausens, mas também quais estradas e pontes que foram encarregadas de ser consertadas e/ou melhoradas pelo Coronel Müller neste período: "[...] a Estrada Militar pela costa de Santa Catarina e estradas e pontes no interior (a Franca, Batatais, Casa Branca, etc., assim como as de Piracicaba a Jundiá, 14,5 léguas de comprimento, a Campinas, a Itu e Porto Feliz), mas as finanças da capitania e a falta de mão-de-obra impuseram a Oeynhausens sempre limites." [Ver Carlos Oberacker Jr. *Op. Cit.* pp. 36-38].

³¹ Por seu trabalho na defesa da costa paulista, Müller foi constituído, por provisão régia de 15 de janeiro de 1821, "Delegado do Inspetor-Geral das Fortalezas e Portos de Guerra do Reino do Brasil da província de São Paulo" por proposta do tenente-general e Inspetor-Geral Alexandre Eloy Portelli. [Ver Carlos Oberacker Jr. *Op. Cit.* p. 39].

³² Cf. Antonio de Toledo Piza. *Op. Cit.*, p. 11. Vale observar que Honório de Syllos, responsável pela introdução da terceira edição da estatística de Daniel Pedro Müller, em 1978, informa que o governo provisório teria sido empossado em 21.6.1821, perante a Câmara, situada então no largo de São Gonçalo. [Ver Honório de Syllos. In: Daniel Pedro Müller. *Ensaio d'um quadro estatístico da provincia de S.Paulo: ordenado pelas leis provinciales de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. 3. ed. facsimilada. São Paulo: Governo do Estado, 1978, p. XIII].

³³ Lucia Maria B. P. das Neves afirma que o suplício do *Chaguinhas*, como ficou conhecido esse episódio, "*serviu para atizar as desavenças no interior da elite paulista*", lembrando que muitos anos mais tarde Diogo Antônio Feijó, em discurso realizado na Câmara dos deputados aos 20 de maio de 1832, se aproveitaria do episódio para acusar Martim Francisco de Andrada como o responsável pela ferocidade do caso, já que era ele o secretário do governo que teria confirmado a ordem de execução. [Ver Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. *São Paulo e a Independência*. In: Maria Beatriz Nizza da Silva (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Unesp, 2009, pp. 281-284].

³⁴ Segundo Lucia Maria Basto Pereira das Neves, a palavra *bernarda* passou a ser utilizada, no Brasil, entre 1821 e 1823, para identificar os movimentos das tropas portuguesas a favor da Revolução constitucionalista do Porto de 1820. [Ver Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. *Op. Cit.*, 2009, p. 304].

³⁵ Para uma análise da *bernarda*, ver Carlos Oberacker Júnior. *Op. Cit.*, pp.185-278. Ver também Antonio de Toledo Piza. A *Bernarda* de Francisco Inácio – Suas causas e suas consequências. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 10 (1905), p. 126 ss.

³⁶ Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro há um códice de 30 páginas contendo a narração dos acontecimentos políticos de São Paulo entre os anos de 1822-1824 feita por Manoel Joaquim de Amaral Gurgel. Na página seis desse códice, há a informação de que Daniel Pedro Müller foi deportado para o Rio de Janeiro, em 1822, por ter participado da "*bernarda*" de Francisco Inácio. Contudo, o exílio não duraria muito. Em setembro de 1823, momento em que a relação entre José Bonifácio de Andrada e Silva e D. Pedro I foi abalada, todos os envolvidos na "*bernarda*" de Francisco Inácio foram anistiados pelo imperador. [Ver BNRJ. Divisão de Manuscritos, Loc. 12, 2, 012].

³⁷ A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro mantém em seu acervo de manuscritos uma solicitação de próprio punho de Daniel Pedro Müller, datada de 1832, para que lhe fosse enviada uma certidão de seu juramento à Constituição do Império do Brasil, realizada aos 21 de março de 1824 no Quartel General do Campo da Honra. [Ver: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. *Divisão de Manuscritos*. Documentos Biográficos. 318-5, doc. 5].

³⁸ Assinado pelas Cortes de Lisboa, esse decreto causou grande desconfiança nos chamados *liberais paulistas* que identificavam Müller como partidário dos portugueses. [Ver Claudio de Chaby. *Synopse dos decretos remetidos ao extinto Conselho de Guerra desde o estabelecimento d'este tribunal em 11 de dezembro de 1640, até a sua extinção decretada em 1^a de agosto de 1834 arquivados no arquivo geral do ministério da guerra e mandados recolher ao real archivo da Torre do Tombo em 22 de junho de 1865*. VII volume. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889, p. 191].

³⁹ Na divisão de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro há uma carta de Daniel Pedro Müller, datada de 6 de janeiro de 1827, na qual ele assina ainda na condição de governador da praça de Montevidéu. Nessa correspondência, Müller informa o Visconde de São Leopoldo [José Feliciano Fernandes Pinheiro] que estava enviando, através da embarcação São Domingos Enéas, dois colonos franceses que se encontravam "*sem emprego algum*" em sua praça. [Ver BNRJ. *Divisão de Manuscritos*. Coleção Paraguai. Doc II – 36, 29, 3]

⁴⁰ NECROLOGIA do Marechal de Campo Daniel Pedro Müller. In: *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Anno XX, 30 ago. 1841, n. 193, p. 2.

⁴¹ Idem. *Ibidem*. Trata-se da Revolta dos Mercenários, deflagrada em 9 de junho de 1828, com duração de três dias.

⁴² Cf. Coronel Laurênio Lago. *Op. Cit.*, p. 24.

⁴³ Àquela época, a cidade era carente de cemitérios e era hábito sepultar os defuntos no interior ou ao redor das igrejas. [Ver Honório de Syllos. *Op. Cit.*, p. XIV]. Vale destacar que o projeto de necrópole solicitado a Müller parece não ter seguido adiante, uma vez que o primeiro cemitério público da cidade começou a ser construído apenas em 1855, tendo o projeto sido realizado pelo engenheiro Carlos Rath e inaugurado apenas em 1858.

⁴⁴ Cf. Eudes de Mello Campos Jr. *Arquitetura paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, vol. 1, pp. 68-69.

⁴⁵ Para um estudo detalhado dos contextos técnicos e sociais da produção, circulação e consumo do *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*, ver: José Rogério Beier. "Biografia de um mapa: a trajetória do primeiro mapa impresso da Província de São Paulo. (1835-1842)". In: *V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. 25 a 28 de novembro de 2013, Petrópolis, p. 1-18. Disponível em <http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/76/67/resumo_beier-jr_atualizado_1378257808.pdf>. Acessado em: 7/7/2014.

⁴⁶ Cf. "Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832." In: *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1834, p. 17.

⁴⁷ Cf. SÃO PAULO. Lei n. 10, de 24 de março de 1835. *Cria nesta capital um gabinete topográfico*. In: *Anais da ALPSP*, 1835, pp. 207-209.

⁴⁸ Cf. Arquivo Público do Estado de São Paulo, SEGO, *Ofícios Diversos*, cx. 78, pasta 1, doc., 179.

⁴⁹ Em ofício datado de 9 de abril de 1836, por exemplo, vê-se Müller informando ao presidente da província a relação dos instrumentos e livros necessários para equipar o Gabinete Topográfico. [Ver Arquivo Público do Estado de São Paulo, SEGO, *Ofícios Diversos*, cx. 78, pasta 1, doc., 46].

⁵⁰ Para estudo detalhado que reconstitui a trajetória efêmera e intermitente do *Gabinete Topográfico de São Paulo*, ver José Rogério Beier. "O Gabinete Topográfico de São Paulo: a formação de engenheiros construtores de estradas como instrumentos de governo da Província de São Paulo (1835-1849)". In: *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 6, nº 2, pp. 320-337, jul./dez. 2013.

⁵¹ Trata-se da Escola de Arquitetos Medidores da Província do Rio de Janeiro, estabelecida na cidade de Niterói, sob a direção de Pedro de Alcântara Niemeyer Bellegarde. Criada por lei em 1836 e inaugurada em 1837, pouca informação foi localizada sobre essa escola. Seu curso, teórico-prático, tinha duração de três anos e chegou a formar vinte e cinco alunos até ser extinta, em 1844. [Ver Adolfo Morales de los Rios Filho. "Centenário do falecimento do marechal-de-campo e conselheiro Pedro de Alcântara Bellegarde". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 265. Rio de Janeiro: IHGB, out/dez 1964, pp. 194-226].

⁵² Cf. Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Projeto de Lei e regulamento para o Gabinete Topográfico*. IP 41, 011, cx. 429.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Cf. Arquivo Público do Estado de São Paulo. SEGO, *Ofícios Diversos*, ordem 889, cx. 88, pasta 1, doc., 36. Com a morte de Daniel Pedro Müller, em 1841, um engenheiro militar vindo da Corte, José Jacques da Costa Ourique, foi nomeado o novo diretor do Gabinete Topográfico. Em 1844, Ourique reforma os estatutos e regulamentos formulados por Müller, voltando a denominar os alunos formados pelo curso de "engenheiros construtores de estrada".

⁵⁵ Como destacado previamente, cabe lembrar que antes do Gabinete Topográfico, a Escola de Arquitetos Medidores da Província do Rio de Janeiro, inaugurada em 1837, em Niterói, já tinha curso teórico-prático de três anos dedicado à formação de engenheiros civis.

⁵⁶ Apesar dos nomes, os *Cathecismos* eram pequenas publicações com instruções gerais sobre determinados temas, como História, Geografia ou Gramática, que deveriam servir para auxiliar na formação de jovens em idade escolar.

⁵⁷ No acervo do IHGB há uma carta de Daniel Pedro Müller, datada de 1ª de abril de 1840, na qual o marechal apresenta uma memória dos Campos de Guarapuava aos sócios do Instituto. Nesta mesma carta, Müller reclama de não ter recebido resposta a um ofício enviado ao Instituto em julho de 1839, que dizia respeito ao convite que o IHGB lhe havia feito para se tornar sócio honorário em 20 de junho daquele ano. [Ver IHGB. *Divisão de Manuscritos*. Coleção Instituto Histórico, lata 141, pasta 69]. Além disso, em ofício do então presidente da Província de São Paulo, Miguel de Souza Mello e Alvim, ao secretário perpétuo do IHGB, Januário da Cunha Barbosa, vê-se que uma cópia do *Mappa Chorographico da Província de São Paulo* que acabava de retornar de Paris, onde fora impresso, fora ofertada ao Instituto, como será detalhado mais adiante neste trabalho. [Ver BNRJ. *Divisão de Manuscritos*. Coleção José Carlos Rodrigues, I-3, 11, 27].

⁵⁸ Em carta endereçada ao secretário do IHGB, o Cônego Januário da Cunha Barbosa, Felisardo Pinheiro de Campos informa que fora incumbido pelo marechal de campo Daniel Pedro Müller de ofertar ao IHGB os "*novos cathecismos de sua pequena encyclopedia*" que acabavam de sair do prelo. Estes deveriam ser adicionados aos que o próprio Müller ofertara ao Instituto no ano anterior. A carta foi lida em sessão do IHGB de 26 de agosto de 1841, três semanas após o falecimento de Müller. [Ver BNRJ. *Divisão de Manuscritos*. Coleção José Carlos Rodrigues, I-3, 11, 59].

⁵⁹ Cf. Manuel Eufrázio de Azevedo Marques. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo...* 2ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954, v. 1, pp. 212-213.

⁶⁰ Cf. NECROLOGIA do Marechal de Campo Daniel Pedro Müller. In: *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Anno XX, 30 ago. 1841, nº 193, p. 2.

⁶¹ Aviso resgatado por Antônio Egydio Martins no Arquivo Público do Estado de São Paulo e publicado originalmente em 1912. [Ver Antônio Egydio Martins. *São Paulo Antigo (1554-1910)*. São Paulo: Paz & Terra, 2003, pp. 478-479].

⁶² Cf. Antonio Barreto do Amaral. *O bairro de Pinheiros*. 3ª ed. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura, 1985, p. 60.

⁶³ Cf. Francisco de Assis Carvalho Franco. Sobre o Marechal de Campo Daniel Pedro Müller. In: *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*. São Paulo, ano 3, nº 5, pp. 28-31, jan./jun. 1939.

⁶⁴ Ninguém menos que Rafael Tobias de Aguiar, presidente da província de agosto de 1840 a julho de 1841. [Ver Francisco de Assis Carvalho Franco. *Op. Cit.*, p. 30].

⁶⁵ Cf. Nuto Sant'Anna. *O obelisco do Piques*. In: *Metrópole*. (Vol. 2) São Paulo: Departamento de Cultura, 1952, pp. 66.

⁶⁶ Cf. Francisco de Assis Carvalho Franco. *Op. Cit.*, p. 29.

⁶⁷ Cf. Antônio Egydio Martins. *Op. Cit.*, p. 478-479.

⁶⁸ Cf. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. *Op. Cit.*, p. 12.

⁶⁹ Cf. Eudes de Mello Campos Jr. *Arquitetura paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, vol. 1, p. 73.